



Grupo Parlamentar

**INTERVENÇÃO PROFERIDA PELO
SR. DEPUTADO ALBERTO PEREIRA
NA SESSÃO LEGISLATIVA DE ABRIL
DE 2005, DISCUSSÃO DO PLANO E
ORÇAMENTO.**

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Eu sei que já não devia surpreender-me. A verdade porém, é que na sequência da apreciação do Plano para 2005, fui acometido de tal depressão que me ocorreu dedicar os próximos 10 minutos desta intervenção ao mais absoluto silêncio, para exprimir, simbolicamente, a importância que os governos socialistas têm atribuído e continuam a atribuir à Ilha do Faial. Com efeito, o Faial não está, há muito tempo, nas prioridades do governo e também não está, conseqüentemente, no Plano do governo para 2005. O governo até pode fazer o número de brandir aumentos percentuais extraordinários, obtidos a partir de uma comparação impossível com o Plano de 2004. Mesmo assim, no caso do Faial, já não tem público nem poder de convencimento, pois a cotação das suas intenções está claramente em baixa na bolsa da opinião pública, tantas foram as inscrições, supressões e reinscrições de acções que afinal nunca se realizaram. Em boa verdade, falar do Faial continua a ser sinónimo de falar da reconstrução, reavivando memórias que todos gostaríamos de guardar em arquivo morto.



Grupo Parlamentar

Porém, embora com final marcado pelo governo para 2004, o processo de reconstrução em curso, está ainda longe do seu termo. Mas, pior que tudo, a reconstrução continua a ser – pasme-se – a melhor desculpa para nada mais se fazer de relevante nesta ilha, que continua carente de obras sociais e culturais inadiáveis e de uma abordagem séria e consequente aos sectores estruturantes da sua economia.

Ainda agora, em 2005, o governo continua a deduzir o valor da reconstrução às expectativas de desenvolvimento do Faial, mas nada acrescenta por conta do famoso superavit. Estatisticamente diríamos que, nas contas finais, a reconstrução rouba-nos ainda 40.7% das expectativas, correspondentes aos 15 M€ que lhe são afectos. Os 60% sobrantes, cerca de 22 M€, que constituem assim a totalidade dos recursos financeiros afectos ao desenvolvimento do Faial, representam apenas cerca de 4% do total das verbas para a Região e arruínam a taxa de felicidade dos faialenses.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Falando da substância, ou seja dos investimentos projectados para o Faial, impõe-se dizer que o governo peca menos por acção e mais por omissão. Peca pouco por acção, porque afinal se



Grupo Parlamentar

compromete a muito pouco. Com efeito, apenas duas acções, pela expressividade das verbas alocadas, merecem destaque. Uma delas, a Escola Secundária, com 4M€, embora parte desse valor ainda seja destinado à aquisição de terrenos. A outra, as obras de remodelação e ampliação da Casa Grande para a Biblioteca Pública e Arquivo, com 2 M€, cujo auto de consignação da 2ª fase da obra foi assinado recentemente, 8 anos após a apresentação do respectivo projecto, em 1996. São obras importantes sem dúvida, mas que não autorizam o governo a glorificar o Plano para o Faial, pela simples razão que correspondem a expectativas com quase uma década, sucessivamente adiadas e que os faialenses já evitam até pronunciar, tantas foram as declarações e promessas políticas piedosas à sua volta. Estão inscritas no plano, exige-se agora o seu cumprimento. Já deviam há muito estar realizadas e, não obstante o governo tenha baixado tanto as expectativas nesta ilha, o sentimento maioritário continua a ser de ambição e de reivindicação, não se deslumbrando agora os faialenses com a oferta de um simples reбуçado, em plena dieta de fome. **Agora, como gato escaldado da água fria tem medo, é licito querer esperar para ver e mesmo ver para acreditar.**

Com muita pena nossa, feita esta menção, as acções merecedoras de destaque positivo afinal começam e acabam aqui. O mais que há para dizer, refere-se a inscrições inócuas pela insignificância das respectivas verbas ou a puras omissões. Vejamos: Quanto à variante à cidade da Horta, e para não variar, “o governo aos



Grupo Parlamentar

costumes disse nada”: afecta-lhe uma verba de valor simbólico, com o único propósito de enunciar uma obra que obviamente não vai evoluir este ano. Todavia, estamos na ilha com mais buracos por quilómetro quadrado, com estradas a que, por cá já chamamos, “caminhos lunares”. A mesma receita prescreve o governo para o Bloco C do Hospital da Horta que se manterá em fase de projecto; As anunciadas obras no Monte da Guia e o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos também não conhecerão este ano avanços significativos, a julgar pelas modestas verbas atribuídas, 300.000 € e 175.000, respectivamente.

Mas onde o governo peca sem remissão, revelando, aliás, falta de visão estratégica e penalizando severamente o Faial, é nas omissões puras, nos zeros do descontentamento faialense que são ainda promessas antigas e novas, algumas já inscritas em planos anteriores e que agora desaparecem sem deixar rasto e sem qualquer justificação.

O Reordenamento do Porto da Horta, incluindo a gare marítima de passageiros, a ampliação das instalações do Clube Naval da Horta, a construção do campo de golfe do Faial - o valor afecto é um enorme zero do tamanho da desilusão do Faial; A pousada de juventude do Faial tarda a integrar a rede de pousadas para o turismo juvenil, como o Faial tarda em integrar, a rede de ilhas objecto da atenção governamental – outro zero impossível de aceitar; O mesmo zero para a continuação das obras de conclusão da recuperação da Igreja do Carmo e instalação do Museu de Arte



Grupo Parlamentar

Sacra, cujo início é anterior a 1998; O novo estádio de futebol relvado, integrado no Complexo Desportivo encontra-se, segundo o governo, adiado *sine die*, o que vindo de um governo incumpridor compulsivo, só pode significar um rotundo, **não se faz**. E, se olharmos ainda o programa eleitoral do PS a lista das promessas prolonga-se por várias outras obras fantasma, designadamente a ampliação do Museu da Horta, a protecção ao Castelo de S. Sebastião, a construção de um Centro de acolhimento para crianças e jovens do sexo masculino, a revitalização das termas do Varadouro, a conclusão do campo de tiro do Capelo, a construção dos Polivalentes da Feteira e Praia do Norte.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Numa ilha com especial vocação turística, potenciada pelo estreito relacionamento com as ilhas vizinhas e dotada de uma oferta consolidada na área do turismo náutico e desportivo, é especialmente gravosa a pura omissão de investimentos como a ampliação do Clube Naval, a melhoria das condições de recepção e estadia aos iatistas, o reordenamento do porto da Horta, incluindo a gare marítima de passageiros e o espaço adjacente ao Clube Naval para a oferta dos produtos turísticos ligados à pesca desportiva, mergulho e observação submarina e Whale Watching. Isto apesar



Grupo Parlamentar

de se tratar, incontroversamente, de produtos turísticos de elevado valor, que constituem a imagem de marca desta zona do arquipélago e que são ainda um capital de qualidade turística inestimável, não só para o Faial, nem para o Triângulo, mas para toda a Região. Noutra âmbito, o campo de golfe do Faial, inscrito em anteriores planos, como sendo estratégico e estruturante da economia turística e garantido ao Faial, sob palavra de honra do Presidente do Governo, não consta do Plano, não merece uma única referência, nem é anunciada solução alternativa. O concurso público para a alienação das participações da Região, na Verdegolfe, S.A. com este investimento como contrapartida, ficou deserto. Não foi surpresa para ninguém. Só serviu, afinal, para o governo tentar libertar-se do compromisso, iludindo, pelo caminho, os eleitores faialenses em vésperas de eleições.

Em qualquer caso, na sequência do insucesso dessa operação, deveria o governo ter definido, sem subterfúgios, se assumia a construção do campo de golfe como investimento público. Não o tendo feito, como agora se pode comprovar, fica então obrigado a definir uma solução alternativa, a comprometer-se quanto ao processo, ao calendário, bem como ao modelo de financiamento a adoptar.

Pessoalmente, entendo que na ausência de iniciativas credíveis do sector empresarial, a Região não deveria demitir-se de assumir directamente ou em parceria, infra-estruturas turísticas desta natureza, desde que assuma à partida a transferência para o sector



Grupo Parlamentar

privado da respectiva gestão e exploração para garantir uma real afectação turística que de outro modo resultará prejudicada.

Em todo o caso, ao anunciar alterações de rumo ao nível da política de incentivos, o governo deveria, no meu entendimento, em lugar de fazer a apologia insustentável da hotelaria de 5 estrelas, privilegiar cirurgicamente a construção de hotelaria e equipamentos de animação, restauração e comércio de qualidade, quando associados ou partes integrantes de complexos turísticos de golfe. Aí sim, justificam-se fórmulas especialmente incentivadoras e orientadoras do investimento, as quais podem revestir a forma de majorações especiais ou mesmo de contratualização de incentivos de natureza financeira, fiscal e outras. No que respeita especificamente ao Faial, congelar a decisão de investimento *tout court*, é a única coisa que não pode acontecer e não posso deixar de dizer que o prolongado silêncio do governo nesta matéria, começa a ser, nesta ilha, verdadeiramente ensurdecedor.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Em jeito de conclusão, diria que se abstrairmos da dotação afecta à reconstrução, os investimentos previstos para o Faial são modestos e até insignificantes. Se atentarmos nas omissões do plano - elemento ainda mais esclarecedor - concluiremos que não é



Grupo Parlamentar

assumida a importância estratégica desta ilha no conjunto da Região e mesmo que o Faial conta pouco ou não é mesmo considerado em várias políticas sectoriais. É verdadeiramente o plano das omissões.

Antevejo, portanto, que este Plano para 2005 mantém os faialenses expectantes e ansiosos, com o mesmo caderno reivindicativo, pela simples e linear razão de que o que eram expectativas de há quase uma década, continuam a sê-lo ainda hoje pela inércia de um poder socialista que se especializou em prometer a sério...para cumprir da próxima vez. Assim o Faial, na penumbra do esquecimento, não regista os patamares de desenvolvimento das ilhas maiores e mais populosas, mas também não lhe é reconhecido o estatuto de ilha carenciada, a ser objecto de discriminação positiva em matéria de investimento público. O governo está a criar desta forma, três grupos de ilhas. Umas têm uma economia pujante e tendencialmente competitiva. Outras são discriminadas positivamente por forma a compensá-las da respectiva fragilidade económica. O Faial não está no 1º grupo por força da realidade dos factos. Não está no segundo grupo porque o governo acha que está no 1º. Está, afinal, na fronteira entre a realidade e a indiferença, o que nos leva a concluir que o governo, em vésperas de eleições regionais pediu desculpa porque se sabia culpado, mas não estava verdadeiramente arrependido.

Disse